

Reimaginando a dinâmica capitalista

Expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos¹

Jens Beckert

Tradução de Guilherme Xavier Sobrinho

Como podemos explicar a dinâmica das economias capitalistas? Durante boa parte da história, a riqueza econômica desenvolveu-se vagarosamente, apresentando apenas flutuações moderadas. Foi somente com a expansão do capitalismo, no final do século XVIII, que a economia embarcou no dinamismo dramático do tipo que vimos testemunhando desde então. O produto nacional expandiu-se a taxas até ali desconhecidas, em um primeiro momento limitadas a uns poucos países, mas atualmente com um alcance cada vez maior. Ao mesmo tempo, esse crescimento tem sido acompanhado de crises econômicas espetaculares, endogenamente induzidas.

Estabelecer o que causou esse dinamismo sem precedentes na economia é uma das questões mais extensivamente discutidas nas ciências sociais. Economistas, sociólogos e historiadores tentaram explicar não apenas como o capitalismo se deflagrou, mas também como o crescimento econômico inicia-se e expande-se (Braudel, [1979] 1985; Weber, [1927] 2003; Marx, [1867] 1977; Schumpeter, [1911] 1934; Smith, [1776] 1976). Suas descobertas enfocaram o progresso tecnológico, a mudança institucional, a divisão do trabalho, a diferenciação funcional, o cres-

1. Este texto foi originalmente publicado em língua inglesa, como o segundo capítulo “Fictional expectations and capitalist dynamics” do livro *Re-imagining economic sociology*, organizado por Patrik Aspers e Nigel Dodd e publicado pela Oxford University Press em 2015. Esta tradução aparece agora com a permissão da Oxford University Press, que detém o *copyright* sobre a obra. A obra original pode ser adquirida em <https://global.oup.com/academic/product/re-imagining-economic-sociology-9780198748465?q=9780198748465&lang=en&cc=gb>.

cimento populacional, fatores de produção expandidos, a transformação cultural, entre outros elementos.

Um aspecto que se encontra no cerne da dinâmica do capitalismo, todavia, recebeu apenas escassa atenção: a “ordem temporal” do capitalismo. Entendo a ordem temporal como a orientação cognitiva prevalecente dos atores em relação aos horizontes de tempo de suas atividades econômicas (Bourdieu, 1979). Neste artigo, abordo a ordem temporal do capitalismo e sustento que a emergência desse sistema se fez acompanhar pela ascensão de uma ordem temporal profundamente diferente – e que essa ordem temporal é, em realidade, constitutiva da dinâmica do capitalismo. Em outras palavras, defendo que, em contraste com sistemas econômicos tradicionais, o capitalismo institucionaliza uma organização da atividade econômica na qual os atores são forçados a se orientar na direção de um futuro aberto e imprevisível. Tal futuro representa duas coisas: promessas de possibilidades ilimitadas para os atores, bem como uma ameaça permanente aos seus *status* econômicos. No nível micro, essa ordem temporal manifesta-se em *futuros imaginados* que podem ou não se concretizar. No nível macro, as ações induzidas pela orientação temporal dos atores produzem tanto crescimento como crises esporádicas – e, com isso, a incessante dinâmica do capitalismo.

Este artigo inicia assinalando como as ordens temporais alteraram-se com o desenvolvimento da modernidade. Discute, a seguir, como uma abordagem sociológica da economia pode tirar proveito dos *insights* alcançados pela análise dessa mudança. Os termos “expectativa” e “incerteza” são da maior importância aqui. Na seção final, mostro como essa abordagem se conecta com uma análise de quatro “constituintes” centrais do capitalismo: dinheiro e crédito, investimento, inovação e consumo.

A ordem temporal do capitalismo

Qualquer revisão das mudanças históricas nas orientações temporais terá inevitavelmente de se reportar aos trabalhos do historiador Reinhart Koselleck e do sociólogo Niklas Luhmann. Uma das principais questões de pesquisa de Koselleck (2004) é como as percepções do tempo mudaram em diferentes épocas da história europeia. Ele mostra a maneira pela qual as visões do futuro se alteraram ao longo de um período que abarca a Idade Média, o início da Era Moderna e o Iluminismo. Em síntese, Koselleck sustenta que a Idade Média percebia o futuro como dotado de um ponto de chegada histórico, evidente na profetização apocalíptica do tempo. O alto período moderno começou a entender o futuro como aberto, mas apenas dentro das fronteiras determinadas pela ordem social e política existente. Os atores começaram a perceber o futuro por meio de prognósticos/previsões, o que conduziu à prática de

calcular as consequências das decisões políticas. Visões de futuro que *transcendessem* as perspectivas tradicionais só viriam a emergir no período do Iluminismo, quando o futuro passou a ser imaginado como um mundo inteiramente novo. Koselleck argumenta que no Iluminismo as teorias da história, com efeito, fundiram profecia, prognósticos políticos e cálculo. Isso ocorreu contra um cenário de mudança social acelerada no século XVIII e no início do século XIX. Desde então, o futuro é percebido como sendo aberto, diferente do presente e incerto. Teorias da história foram capazes de dar expressão a essa abertura, articulando a ideia de que o futuro poderia ser distinto do presente – da mesma forma que o passado era também visto como essencialmente diverso do presente. Um futuro que se diferenciava tornou-se evidente em teorias da história que, frequentemente, proclamavam a chegada de uma utopia. Hegel, Marx e Auguste Comte são apenas três exemplos notáveis de autores cujas teorias anteciparam processos futuros de transformação societária desse tipo e sua “contenção cognitiva” em estados finais utópicos.

O trabalho de Koselleck, nos anos de 1970, sobre a transformação das ordens temporais converge com abordagens sociológicas que foram formuladas mais ou menos na mesma época. Niklas Luhmann dedicou-se ao tema da temporalidade de forma quase paralela à de Koselleck e corroborou amplamente o diagnóstico deste. As sociedades tradicionais, de acordo com Luhmann, enxergam a si mesmas como vivendo em um presente perpétuo, ou mesmo eterno. Essa percepção do futuro como uma continuidade do presente mudou, no século XVIII, com o desenvolvimento da sociedade burguesa. Dali em diante, o futuro passou a ser visto como um “celeiro de possibilidades” (Luhmann, 1976, p. 31), contendo “propriedades emergentes” e possibilidades não vislumbradas. O futuro tornou-se um futuro aberto. Experienciamos “nosso futuro como um horizonte generalizado de possibilidades excedentes que têm de ser reduzidas à medida que delas nos aproximamos” (*Idem*, p. 141). A abertura do futuro é percebida, ao mesmo tempo, como uma perda de controle. Como uma discípula de Luhmann, Elena Esposito escreveu: “O futuro indefinido é um espaço de promessas e esperanças, mas é também um espaço de possíveis danos e angústia” (2011, p. 32). Luhmann – assim como Koselleck – assinala que a teoria das probabilidades e ideias relacionadas a utopias políticas desenvolveram-se em paralelo com a mudança nas percepções do futuro.

Juntamente com percepções de um futuro aberto, teve curso o desenvolvimento do termo “risco”. O risco circunscreve um amplo fenômeno societário que só emergiu com a Era Moderna. Embora sempre tenham existido perigos emanando de eventos naturais ou políticos incontrolláveis, incursões deliberadas da ação humana avançando rumo a territórios desconhecidos constituíam uma nova forma de insegurança, relativa ao futuro, e uma nova experiência do risco. O risco tornou-se um conceito relevante,

uma vez que as direções da ação humana passaram a se basear em projeções de um futuro contrafactual – projeções que podem vir a não se concretizar e cujos prejuízos resultantes são atribuídos à tomada de decisões, e não ao destino (*Idem*, p. 32). Da mesma forma que o conceito de futuro como um espaço aberto, o conceito de risco é, portanto, também historicamente enraizado. Ele surgiu nos séculos XVI e XVII, no contexto das explorações do mundo empreendidas pelo Ocidente (Giddens, 1999, p. 1). Originalmente, referia-se de modo bastante literal ao ato de navegar em águas inexploradas. O risco e a noção de um futuro aberto estão interligados conceitualmente. “O risco refere-se a ameaças que são ativamente avaliadas em relação a possibilidades futuras. Seu uso só se generaliza em uma sociedade que se orienta pelo futuro – que vê o futuro, precisamente, como um território a ser conquistado ou colonizado” (*Idem*, p. 1).

Destradicionalização econômica

Koselleck, Luhmann e Giddens assinalaram as mudanças na orientação temporal que ocorreram no início do período moderno e no Iluminismo. Mas suas análises preocuparam-se, sobretudo, em descrever o desenvolvimento da sociedade moderna em geral, lançando mão de exemplos, mais de ação política que de ação econômica, para avançar seus argumentos. De que forma, no entanto, as percepções de um futuro aberto e incerto relacionam-se com o desenvolvimento da economia capitalista?

Para responder a essa pergunta, é proveitoso recorrer ao trabalho de Pierre Bourdieu. Nos anos de 1950, Bourdieu examinou processos de transformação na ordem social e econômica do povo da Cabília, na Argélia controlada pela França. Suas descrições etnográficas e análises estatísticas estão entre os melhores trabalhos que Bourdieu escreveu. No centro dessas análises encontram-se observações sobre as mudanças na ordem temporal no seio da sociedade cabila (Bourdieu, 1979). Assim como Koselleck e Luhmann, Bourdieu também observou como as percepções de um futuro aberto desenvolveram-se. Em vez de ser percebido como uma continuação do presente – como tinha sido o caso, na ordem social tradicional cabila –, o futuro passou a ser experienciado como uma ruptura incessante da ordem existente. Bourdieu, entretanto, trouxe um elemento adicional ao perceber esse movimento como sendo diretamente ligado à difusão do capitalismo. A modernização que Bourdieu descreve é, dessa forma, primeiramente e sobretudo uma modernização capitalista. As transações econômicas passaram cada vez mais a estar sob o controle do dinheiro e dos mercados, o que enfraqueceu a ordem social tradicional cabila. O dinheiro e a troca mercantil despertaram atitudes baseadas no cálculo e nos lucros futuros, as quais contradiziam e minavam uma economia tradicional construída com base na solidariedade e na “lógica da honra”.

Bourdieu não estava argumentando que a economia cabila tradicional fosse “cega quanto ao futuro”. Os fazendeiros cabilas eram agudamente atentos para a necessidade de planejar o futuro. Contudo, a sua preocupação voltava-se para o que Bourdieu descreveu como “bens diretos” – ou seja, bens para satisfazer necessidades concretas. Reservas tinham de ser feitas para os casos de colheitas frustradas ou doenças de modo a assegurar a sobrevivência da família, bem como o seu *status* social. Na terminologia de Marx, esse é um exemplo de uma economia organizada em torno da “reprodução simples”. A economia capitalista, em contraste, opera conforme a lógica de acumular dinheiro, o epítome do “bem indireto”. Com o uso do dinheiro, sobreveio a percepção de um futuro que era distante e abstrato, baseado no cálculo, conformando um “ponto de fuga ausente, imaginário”.

O interesse de Bourdieu reside nos conflitos no interior da sociedade cabila, conflitos desencadeados por formas contrastantes de pensamento econômico e por novas práticas, que estavam, no final das contas, destruindo a ordem social tradicional. Um conflito de destradicionalização similar e o choque entre as formas tradicional e moderna da economia foram também extensivamente documentados no que diz respeito ao processo europeu de industrialização (Swedberg, 2003; Thompson, 1967; Weber, 1922). Em todos esses conflitos, a destruição de ordens tradicionais de tempo teve uma participação crucial. Max Weber ([1927] 2003), por exemplo, descreveu como, no século XIX, os camponeses da Silésia foram incapazes de responder a incentivos concebidos para aumentar sua produtividade. Os empregadores tentaram motivá-los a trabalhar um número maior de horas e com uma disciplina mais intensa, oferecendo-lhes remunerações mais altas. Entretanto, em vez de se lançarem em jornadas mais longas para desfrutar de padrões de vida mais elevados no futuro, os trabalhadores decidiram trabalhar menos. Contrariando as expectativas dos donos das terras (e dos economistas), “era inútil duplicar o salário de um trabalhador agrícola silesiano que ceifava um determinado pedaço de terra por contrato, na esperança de induzi-lo a aumentar sua dedicação. Ele simplesmente reduziria à metade o trabalho despendido” (*Idem*, p. 355). Encontramos muitos exemplos desse tipo de reação tradicionalista às estruturas capitalistas de incentivo, as quais – mesmo nas sociedades capitalistas desenvolvidas – ainda não encontraram seu caminho e são uma fonte frequente de conflito econômico e social.

Precondições institucionais para um futuro econômico aberto

As linhas de conflito que emergem em processos de destradicionalização não são, aqui, a discussão principal, nem é minha intenção criticar a ruptura dos modos tradicionais de vida por meio do cálculo capitalista e do uso do dinheiro. Meu

objetivo é, sobretudo, sublinhar que a mudança na orientação temporal esteve no coração da dinâmica nascente do capitalismo. A destraditionalização das relações econômicas na ordem capitalista emergente significa que os atores – sejam eles firmas, empreendedores, investidores, empregados ou consumidores – precisam orientar suas atividades na direção de um futuro aberto e incerto. Os modos pelos quais essa reorientação temporal impôs-se na economia capitalista podem ser historicamente traçados. Os atores têm de deixar suas orientações temporais tradicionais para trás, permitindo-se ser atraídos a tomar decisões com base em um estado futuro do mundo imaginado, distante e abstrato. A aceitação de uma tal ordem temporal promete (mas, de modo algum, assegura) oportunidades sem precedentes de lucro e de elevação do *status* social para quem for economicamente bem-sucedido, mas também representa riscos desconhecidos para os atores de perder o que eles têm em termos de riqueza econômica e de *status* social.

Algumas condições, de natureza institucional e pessoal, precisam ser satisfeitas para que os atores se disponham, desse modo, ao futuro. *Institucionalmente*, a crescente organização da troca econômica via mercados competitivos e a progressiva afirmação do dinheiro como um meio de troca impelem as relações econômicas a se tornarem destraditionalizadas. A compulsão de mirar ativamente um futuro transformado emerge sobretudo do mecanismo da competição. Uma economia na qual todos os atores anteveem, constantemente, ser suplantados por seus competidores pressionados a ativamente alterar os produtos, a organização da produção ou suas próprias competências, com vistas a manter sua competitividade futura. Essa proatividade requer, então, que todos os outros atores no mercado respondam de modo similar. No capitalismo, você “tem de se forçar para a frente, só para evitar de ficar para trás; esse sistema de competitividade – com suas incessantes inovações – não permite manter, simplesmente, o *status quo*, ou, quando isso é possível, é apenas em nichos de mercado” (Kocka, 2013, p. 138). Mercados competitivos permitem aos atores comparar sistematicamente a qualidade e o preço dos bens e despersonalizar os processos de troca. Os mercados encorajam o cálculo racional e solapam a moralidade das economias tradicionais. Isso é especialmente evidente no desenvolvimento dos mercados de trabalho, os quais transformam o trabalho em uma mercadoria e destroem formas tradicionais de emprego.

Um segundo mecanismo institucional que impulsiona uma postura orientada pelo futuro, para além da reprodução simples, advém do uso do dinheiro como meio de troca. Podemos assinalar, primeiramente, a importância do “dinheiro de conta” como um instrumento de cálculo – uma importância que Weber, por exemplo, percebeu com clareza. O dinheiro fornece uma medida que possibilita aos atores categorizar bens em termos puramente econômicos. A extensão da esfera monetária

fragiliza as motivações de solidariedade e uma lógica da honra que prevaleciam em economias tradicionais. O dinheiro também libera os atores das limitações do escambo, facilitando assim a expansão das relações de mercado. Embora os mercados não sejam necessariamente dependentes do dinheiro, este é necessário para organizar as complexas relações de troca em economias modernas. Todos os mercados capitalistas são mercados que utilizam dinheiro. Além disso, o dinheiro desconecta o esforço econômico das necessidades concretas – ou seja, dos “bens diretos” de Bourdieu. Como Georg Simmel ([1907] 1978) reconheceu e astutamente descreveu, o desejo de acumular dinheiro não conhece limites. Cristoph Deutschmann (1999; 2009) incorporou esse *insight* em sua teoria da dinâmica capitalista, ao referir-se ao capitalismo como uma “utopia de riqueza absoluta”. Uma economia na qual o dinheiro funciona como uma reserva de valor proporciona a base institucional para uma dinâmica de crescimento que pouco tem a ver com a satisfação de necessidades concretas. O lucro, mais do que a satisfação de necessidades, é o objetivo da atividade econômica capitalista. Sob o capitalismo, o dinheiro elimina a questão “já não temos o suficiente?”. Ao mesmo tempo, cada investimento vincula-se inerentemente ao futuro. E o dinheiro, enquanto conservar seu valor, assegura um direito a possuir bens que ainda estão por ser criados em algum ponto do futuro.

O dinheiro também oferece um mecanismo a mais para impulsionar a atividade econômica em direção à mudança dinâmica. Nas economias capitalistas, o dinheiro é gerado antes de mais nada por meio do empréstimo. Schumpeter estava coberto de razão ao identificar no financiamento via crédito a especificidade do capitalismo. Mas o crédito, de acordo com ele, é um direito de possuir bens em um ponto do tempo no qual uma “reivindicação normal” a esses bens não existe (ainda) (Schumpeter, [1911] 1934, p. 214). Essa reivindicação só pode ser satisfeita com a produção e a venda futuras dos bens prometidos no momento inicial. Isso é apenas alcançado se o valor dos bens vendidos no mercado for maior do que o valor investido, de modo que o empréstimo acrescido de juros possa ser saldado. O capitalismo como uma economia baseada no crédito é, portanto, dependente do crescimento. O crédito induz a uma orientação calculativa na direção de um futuro que é *diferente* do presente.

Futuros imaginados

Mencionei que a ordem temporal orientada para o futuro que caracteriza o capitalismo requer condições tanto institucionais quanto pessoais. A competição e o dinheiro foram tratados como condições institucionais. O dinamismo de um sistema social, no entanto, não emerge por meio de mecanismos estruturais

como esses, mas da atividade de agentes. Os choques descritos por Bourdieu e pelos historiadores sociais entre a ordem econômica moderna – aqui, com sentido de capitalista – e a tradicional revelam que o desenvolvimento inicial do capitalismo se deparou com severos problemas decorrentes da disposição temporal dos atores que resistiam à sua lógica operacional.

Mas o que a dinâmica capitalista demanda dos atores? De maneira geral, é a capacidade humana de imaginar estados futuros do mundo que são diferentes do presente e a disposição de agir de um modo que se orienta na direção desses futuros imaginados (Beckert, 2013). Isso pode ser ilustrado com apoio na teoria da ação de Alfred Schutz. De acordo com ele, a ação ocorre tendo por base projeções que ele descreve como “projetos”. Para Schutz, um projeto é um plano – um caminho potencial para agir – que os atores acreditam que produzirá resultados específicos. Antes de executar uma ação, os atores valem-se de projeções que os conduzem a um futuro imaginado, no qual a ação terá sido efetivada. Nesse sentido, projetar é antecipar “no tempo verbal futuro perfeito” (Schutz, 1962, p. 20).

A capacidade de imaginar estados futuros do mundo é universal nos seres humanos. Ela não emerge com o capitalismo nem se limita aos fenômenos econômicos. Os apocalipses profetizados na Idade Média ou a crença religiosa em uma vida após a morte também são futuros imaginados. Eles são, no entanto, mundos imaginados que têm uma natureza religiosa. O que aqui se quer afirmar é que uma economia capitalista só pode se desenvolver quando um número significativo de pessoas age de modos que são orientados no sentido de um futuro *econômico* aberto – um futuro imaginado de possibilidades ilimitadas, tanto para a obtenção de riquezas como para novos tipos de risco. Esses dois aspectos conectam-se: os ativos financeiros podem ser instrumentos para a especulação, um seguro contra os riscos imprevisíveis de um futuro aberto, e ao mesmo tempo estão perpetuamente sob risco, pela competição e pela inflação. Embora semelhante orientação temporal também possa ser encontrada em sociedades pré-capitalistas, por exemplo, na figura do aventureiro, ela permanece sendo excepcional e não molda a ordem econômica. É no capitalismo que a orientação para oportunidades futuras desconhecidas se torna uma norma cultural dominante e institucionalmente imposta – ou seja, inelutável. Sob essas condições, não há pausa em parte alguma. Há uma necessidade constante de novas projeções relacionadas com novas oportunidades e potenciais riscos. O capitalismo exige que os atores rejeitem disposições temporais tradicionais e desenvolvam uma sensibilidade cognitiva para um futuro que é aberto e incerto. A dinâmica do capitalismo pode ser compreendida apenas levando-se em consideração tanto a mudança institucional como as cambiantes orientações dos atores para a ação.

Expectativas

Isso, portanto, coloca as expectativas dos atores na linha de frente de uma explicação da atividade econômica e da dinâmica do capitalismo. Buscar esse entendimento enfocando apenas as estruturas e os desenvolvimentos históricos significa ignorar a importância das percepções dos atores do mundo social. Apesar dessa insuficiência, as abordagens estruturalistas são lugares-comuns nas ciências sociais.

A exceção notável nesse quadro é a economia. Até o início do século XX, a economia era fundamentalmente uma disciplina histórica. Desde então, entretanto, modelos explicativos que focalizam as expectativas dos atores tomaram o centro do palco. Os economistas identificam atores racionais calculativos como tomando decisões com base em retornos futuros que são descontados do seu valor presente. São as expectativas de estados futuros do mundo, portanto, que explicam a tomada de decisões no presente. Esse modelo explicativo, na forma da teoria das expectativas racionais, tornou-se o microfundamento dominante da moderna macroeconomia. Isso estabelece um drástico contraste com a sociologia: “Enquanto os sociólogos veem os eventos presentes como uma consequência final que deriva do passado, os economistas raciocinam partindo do futuro para trás. As decisões são explicadas pelo valor presente das recompensas futuras esperadas” (Abbott, 2005, p. 406).

O argumento aqui apresentado coaduna-se com a teoria econômica ao atribuir ao futuro um papel central na explicação do presente. Para ser preciso, são por certo as expectativas com relação ao futuro que desempenham esse papel. Em que pese a essa afinidade com a economia, no que diz respeito à importância que atribuo ao futuro, a abordagem que sigo critica a economia por formular uma descrição errônea das expectativas, a qual limita o entendimento da dinâmica capitalista.

O modelo das expectativas racionais supõe que os atores econômicos tomem decisões baseadas em todas as informações disponíveis e sejam, portanto, capazes, pelo menos na média, de prever acuradamente o futuro a partir de um ponto presente do tempo. Os erros nas estimações dos atores são aleatoriamente distribuídos e são, desse modo, insignificantes para os resultados médios. Explicar a tomada de decisões dessa forma implica não apenas considerar que os atores são eficientes ao processar a informação e que não estão, por exemplo, seguindo um instinto de rebanho, mas também que a informação relevante para o futuro está disponível no presente e que a extrapolação estatística dos eventos futuros é, de fato, possível, a partir do passado.

A ideia de que o futuro possa ser, ao menos probabilisticamente, antevisto foi criticada no âmbito da teoria econômica já nos anos 1920 e 1930. De forma mais notável, isso pode ser encontrado na distinção que Frank Knight ([1921] 1985)

faz entre o risco e a incerteza. Aqui, os eventos são diferenciados conforme sejam previsíveis através de cálculos de probabilidade ou possuam uma singularidade que impeça semelhante previsão. Knight caracteriza o primeiro tipo como arriscado; o segundo, como incerto. É somente nas situações caracterizadas pelo risco que os resultados futuros podem ser (probabilisticamente) calculados com base na observação das ocorrências passadas. Tanto os economistas como os atores econômicos têm, frequentemente, confundido as categorias de risco e incerteza (Hodgson, 2011). Isso traz sérias consequências. Na ressaca da crise financeira de 2008, por exemplo, o economista-chefe do Banco da Inglaterra, Andy Haldane, afirmou que a crise era resultado da confusão entre risco e incerteza que vinha tomando conta dos mercados financeiros há algum tempo.

Knight não é, de forma alguma, o único economista que sustentou que o futuro é imprevisível. Entre os que compartilham essa mesma visão, o mais notável foi John Maynard Keynes ([1936] 1964), que estava em pleno acordo com Knight a esse respeito, embora seu ponto de referência fosse seu professor Alfred Marshall. Em uma passagem bem conhecida do capítulo 12 de sua *Teoria geral*, Keynes escreve: “As considerações sobre as quais se baseiam as expectativas de rendas esperadas são, em parte, fatos existentes que podemos assumir como conhecidos mais ou menos com certeza e, em parte, eventos futuros que só podem ser antevistos com um maior ou menor grau de confiança” (*Idem*, p. 147). Para Keynes, o que faz com que as expectativas não possam ser determinadas é a incerteza do futuro. As expectativas, afirma Keynes, “não podem ser inequivocamente corretas, uma vez que nosso conhecimento existente não oferece base suficiente para uma estimativa matemática calculada. Além da verdade, entra na avaliação de mercado toda sorte de considerações que não são de modo algum relevantes para a renda esperada” (*Idem*, p. 152).

Uma vez que se abandona a ideia de prever racionalmente o valor fundamental dos ativos, fica claro que as avaliações de mercado dependem, então, de expectativas que não podem ser determinadas com base no uso eficiente das informações disponíveis, como sustenta a teoria das expectativas racionais, mas que são, em vez disso, contingentes da interpretação dos atores sobre o estado do mundo. Mas sobre que base os atores tomam, de fato, suas decisões? O próprio Keynes indica três linhas de resposta para essa questão. Em primeiro lugar, os atores podem basear suas decisões na presunção de que “o estado atual dos negócios continuará indefinidamente, salvo a partir do ponto em que tenhamos razões específicas para esperar uma mudança” (*Idem*, p. 152). Note-se que essa nada mais é que uma forma convencional de comportamento, e não uma que toma por base o conhecimento efetivo de estados futuros do mundo. Em segundo lugar, Keynes sugere que os atores baseiam suas decisões em emoções, ideia que ele captura na noção de “espírito animal”.

Sob condições de incerteza, as emoções evitam que os atores recuem a um estado de inatividade. “A iniciativa individual só será adequada quando o cálculo razoável for complementado e apoiado pelo espírito animal, de tal forma que o pensamento de uma perda final, que muitas vezes acontece aos pioneiros, como a experiência inquestionavelmente mostra a nós e a eles, é posto de lado, assim como um homem saudável põe de lado a expectativa da morte” (*Idem*, p. 162). Por fim, no mercado de ações, o investidor individual apoia suas decisões não em informação (de resto, inadequada) a respeito do valor fundamental dos ativos, mas, antes, nas suas expectativas em relação às expectativas dos outros investidores. Assim, as decisões de investimento nos mercados são conduzidas pela projeção da opinião de mercado de curto prazo. Aqui, Keynes recorre à metáfora do concurso de beleza no qual o prêmio é conferido à pessoa cuja escolha corresponde mais de perto à opinião média de todos os competidores.

As expectativas desempenham um papel chave na teoria de Keynes porque ele considera que as decisões de investimento e de consumo derivam amplamente de mudanças nas expectativas. Essas, por sua vez, influenciam o ciclo de negócios, vale dizer, a dinâmica capitalista. O economista keynesiano George Shackle levou adiante essas ideias e tornou a incerteza futura central para o conceito de expectativas. Uma vez que o “conteúdo do tempo-por-vir não é meramente desconhecido, mas não existente, e a noção de antevisão dos negócios humanos é vazia” (Shackle, 1983, p. 33), qualquer teoria que parta da cognoscibilidade do futuro está mal encaminhada. Para Schackle, todavia, mais que para Keynes, o caráter contingente das expectativas devido à incerteza não é uma ameaça à estabilidade e um fator de crise econômica, mas, antes, um pressuposto para mudanças criativas na economia, por meio de escolhas baseadas na imaginação de estados futuros do mundo. A escolha, de acordo com ele, acontece “dentre experiências imaginadas” (Schackle, 1964, p. 12). Os fundamentos da dinâmica do capitalismo residem na relação entre a habilidade humana para imaginar e a incalculabilidade dos resultados. Num universo de pensamento em última análise criativo, a imaginação tem uma força fundadora e não pode se basear em probabilidades, porque “as probabilidades só podem ser atribuídas com algum sentido aos itens de uma lista completa de contingências” (*Idem*, p. 13).

Como podem, então, ser caracterizadas as expectativas, se não podemos entendê-las como a antecipação de um futuro presente? Sugiro descrevê-las, sob condições de incerteza, como “expectativas ficcionais”. Dessa forma, quero dizer que as expectativas são imagens que os atores formulam para encarar estados futuros do mundo, relações causais e as maneiras como eles veem suas decisões impactando resultados. Esses imaginários de situações futuras e de relações causais fornecem orientação para

a tomada de decisão *a despeito* da incalculabilidade dos resultados. Sob condições de incerteza, as expectativas não podem ser projeções (probabilísticas) do futuro. Os futuros imaginados, por sua vez, não podem ser completas utopias (Dodd, 2015): são, antes, projeções que levam em consideração a informação disponível e as esperanças, os medos e as crenças dos atores. Isso significa considerar seriamente a incerteza como entendida por Frank Knight e John Maynard Keynes. As expectativas são consideradas centrais para a atividade econômica, mas não estão sujeitas à objetificação em um modelo econômico, como ocorre na teoria das expectativas racionais.

Ao mesmo tempo, a “ficcionalidade” deve ser diferenciada de “falsidade” ou “fantasia”, ainda que esses significados estejam, em verdade, contidos no termo. Na economia, os atores, por certo, tentam antecipar os desenvolvimentos futuros tão bem quanto lhes é possível. Sob condições de incerteza, todavia, essas antecipações só correspondem por acaso a verdadeiros estados futuros do mundo. As expectativas não podem ser predições do futuro: elas são meras imaginações de estados futuros – imaginações nas quais os atores baseiam seus comportamentos “como se” essas expectativas realmente descrevessem estados futuros e relações causais (Beckert, 2013). Os atores são motivados por um futuro imaginado e organizam suas atividades de modo consoante com ele. Expectativas ficcionais são representações de um mundo futuro, cuja veracidade não pode ser conhecida. Recorrendo à formulação de Niklas Luhmann (1996), essas representações envolvem uma “duplicação da realidade” que constitui a base para a tomada de decisões e para a coordenação da ação econômica.

O que as expectativas ficcionais têm a ver com a dinâmica capitalista? Os mecanismos de competição e o dinheiro exigem que os atores operem permanentemente tendo por referência um futuro incerto. Sobreviver e gerar lucros no futuro requer investimento e inovação e a tomada e empréstimo de dinheiro – e isso requer que os consumidores percebam novos produtos como dotados de utilidade ou portadores de prestígio social. Ao mesmo tempo, os resultados associados a decisões concretas são incertos. O capitalismo só pode se desenvolver quando a vontade de agir prevalece, a despeito da incalculabilidade do futuro. A base disso são as expectativas, que são necessariamente ficcionais, no sentido aqui descrito.

Keynes advertiu, ao mesmo tempo, contra a crença de que a disposição de assumir riscos na expectativa de lucro futuro ou de elevação do *status* social é uma conclusão precipitada. O capitalismo está constantemente sob o risco de que um futuro incerto paralisará os atores, levando a uma subutilização dos fatores de produção, desembocando em crises econômicas. Aqui, o termo “crise” não quer dizer mais que um colapso das expectativas de futuras oportunidades e um estreitamento das perspectivas futuras. Keynes denominou a consequente inatividade dos atores de “preferência pela liquidez”, que pode ser entendida como uma ausência de disposição

dos investidores para se lançar em investimentos que poderiam expor sua riqueza a riscos imprevistos. Na contramão desse perigo de paralisia, atua o “espírito animal”, um termo algo impreciso e psicologizante que, entretanto, expressa muito bem a fragilidade das expectativas que impelem à ação e conduzem o capitalismo adiante.

Futuros imaginados, em virtude de sua natureza frágil, demandam constante encorajamento diante da inevitável incerteza que cerca os retornos da ação. A improbabilidade de vencer esse desafio é patente na infinidade de investimentos e inovações que fracassam, na desvalorização de ativos financeiros em tempos de crises financeiras e na insatisfação dos consumidores com produtos que eles tanto desejavam no momento da compra. Dessa perspectiva, o poder extraordinário do capitalismo – e, ao mesmo tempo, seu calcanhar de aquiles – é sua capacidade de motivar os atores a assumir riscos, em que pesem a incerteza de chegar aos resultados desejados e a probabilidade de frustração. Por essa razão, os atores precisam se convencer – e serem convencidos por outros – de que suas decisões, a despeito de toda a incerteza, vão trazer retornos positivos.

As expectativas ficcionais são cruciais, tanto para gerar o desejo de agir sob condições de incerteza como para coordenar a ação. Elas não podem emergir em um vácuo institucional, cultural e político. A base social das expectativas encontra-se no interior da estruturação institucional da economia, em normas e esquemas cognitivos, em redes sociais e nas estruturas de poder em que se inserem os atores do mercado. As instituições do capitalismo – sejam elas as regras de contabilidade ou a proteção do Estado aos direitos de propriedade – podem ser analisadas conforme sua contribuição para formar aquelas expectativas que encorajam a ação, ampliando as perspectivas temporais, encorajando e requerendo respostas criativas, bem como encorajando a disposição para assumir riscos (Carruthers, 2015; Nee e Oppers 2015). Explicar a dinâmica capitalista exige, portanto, que levemos em consideração fatores estruturais, ainda que com referência aos seus impactos na ação social. O crédito de longo prazo, por exemplo, tem mais probabilidade de ser ofertado onde os direitos de propriedade são efetivamente protegidos. Os investimentos financeiros têm maior chance de ocorrer se os atores têm acesso a ferramentas de cálculo que lhes permitam proceder *como se* eles pudessem antecipar o valor futuro dos ativos e os riscos associados a um investimento. Os investimentos em capital humano são encorajados por uma estrutura social que confere plausibilidade à esperança de mobilidade social a partir da educação e do treinamento. Os consumidores têm mais disposição para comprar um produto novo caso lhes seja permitido devolvê-lo em caso de defeito ou decepção.

As expectativas ficcionais requerem – para além de sua base institucional – que se leve em conta sua dimensão política. A natureza contingente das expectativas torna-as abertas a uma política baseada no interesse. Se as decisões têm consequên-

cias distributivas e se as decisões se fundamentam em expectativas, então os atores têm interesse nas expectativas dos outros atores. Influenciá-las tornou-se uma tarefa fundamental, tanto da regulação política quanto dos negócios, e isso responde por boa parte dos discursos sobre os negócios e a economia. Um exemplo da *política das expectativas* para a política macroeconômica são os relatórios do banco central sobre o estado da economia e suas sugestões para as políticas monetárias futuras (Holmes, 2009). Um exemplo do campo dos negócios são as atividades de marketing das firmas. Por meio desse instrumento, empresas economicamente poderosas moldam o imaginário dos consumidores. Essa criação comunicativa de valor é uma parte significativa da política das expectativas. A análise das formas pelas quais as expectativas são influenciadas por atores poderosos na economia pode ser vista como uma contribuição da sociologia econômica para a economia política.

Quatro componentes da dinâmica capitalista

O modo pelo qual as expectativas ficcionais se conectam com a dinâmica capitalista pode ser abordado examinando-se quatro “componentes” centrais do capitalismo, que descrevo a seguir. As expectativas e a dinâmica do capitalismo inter-relacionam-se quando o crescimento econômico nasce de atividades baseadas em imaginários de oportunidades no futuro ou quando crises econômicas são deflagradas em virtude de projeções econômicas que resultam em paralisia. Para fomentar decisões, o futuro imaginado precisa ser crível; ele deve convencer os atores de que é um cenário futuro provável. Os quatro componentes que discuto brevemente aqui são dinheiro e crédito, investimento, inovação e consumo².

Dinheiro e crédito

A centralidade do dinheiro para o funcionamento dos mercados capitalistas já foi assinalada anteriormente. Nas economias modernas, o valor do dinheiro não é garantido por uma mercadoria valiosa (tal como o ouro), mas é meramente moeda fiduciária, criada parcialmente pelo Estado, mas, sobretudo, pelos bancos privados, como parte do processo de crédito. Tal dinheiro nada mais é do que a expectativa de que um título intrinsecamente sem valor possa, em algum ponto do tempo futuro, ser trocado por bens de valor, na circunscrição em que esse título é aceito como um meio de pagamento. O valor do dinheiro deriva das expectativas que dizem

2. Para uma discussão detalhada desses elementos, ver meu livro *Imagined futures: fictional expectations and capitalist dynamics* (2016).

respeito à sua liquidez e estabilidade. O historiador econômico Philip Mirowski (1991, p. 580) referiu-se com perspicácia a essas expectativas como a “ficção de um invariante monetário”. Invariante não significa que o valor do dinheiro precise permanecer absolutamente constante, mas que sua desvalorização decorrente da inflação seja previsível e relativamente lenta. Essa previsibilidade, no entanto, é uma ficção, já que a estabilidade monetária depende do compromisso efetivo dos bancos centrais com o controle da inflação, da regulação bancária e do desenvolvimento macroeconômico no futuro – e tudo isso é incerto (Ganssmann, 2012, pp.230 ss.). Como demonstra a história das crises monetárias, a desvalorização inesperada do dinheiro é um fenômeno recorrente. Não obstante, em uma economia monetária, os atores precisam agir *como se* o valor do dinheiro fosse passível de previsão para aceitar o dinheiro como um meio de pagamento, abstando-se de aumentos de preços e de salários superiores à inflação real. Como o futuro é aberto, a expectativa de estabilidade do dinheiro requer, como Georg Simmel afirmou, um elemento de “crença suprateórica” ou uma “fé quase religiosa sociopsicológica” (Simmel, [1907] 1978, p. 179). Essa sujeição a forças que não são nem previsíveis nem controláveis provavelmente encontra sua expressão mais acabada nas cédulas norte-americanas: “Em Deus confiamos”. O dinheiro tem valor somente enquanto a crença em sua estabilidade prevalecer.

A natureza contingente dessa expectativa traz uma ameaça constante e latente para o sistema monetário e ajuda a entender o esforço intenso de comunicação por parte de governos, bancos centrais, políticos, economistas e estatísticos a fim de fazer com que o dinheiro pareça estável. Uma das tarefas cruciais dos bancos centrais é gerenciar as expectativas na economia em relação à estabilidade monetária. Isso é feito com recurso não apenas aos instrumentos de política monetária, mas também aos de comunicação. Eles podem divulgar projeções ou promover conferências de imprensa para declarar publicamente sua avaliação da situação econômica, os cenários para o futuro e as decisões de política que eles estão considerando (Holmes, 2014). A estabilidade do dinheiro é, portanto, criada discursivamente na própria economia, por meio da formação e do reforço de sua credibilidade.

O crédito é intrinsecamente ligado ao dinheiro e é outro componente indispensável do crescimento econômico capitalista. Por meio do crédito, um investidor angaria poder de compra no presente, em troca de uma promessa – a promessa de repagar o principal em um determinado momento, com uma soma adicional chamada juros. Schumpeter ([1911] 1934, p. 95) chegou a definir o capitalismo como um sistema de endividamento. As relações de crédito dependem de expectativas. Para que elas possam emergir, o credor precisa acalentar a expectativa de que receberá de volta o empréstimo acrescido dos juros acordados, no momento estipulado no contrato.

Dessa forma, as relações de crédito ancoram-se na *credibilidade* da promessa do tomador de recursos de quitar o empréstimo, o que se baseia em uma avaliação da confiabilidade do devedor (ver também Carruthers e Stinchcombe, 1999).

De uma perspectiva sociológica, o que torna o crédito tão interessante é que a expectativa de que o devedor – seja ele uma pessoa física, uma empresa ou o Estado – cumprirá a promessa de quitar o empréstimo não pode jamais ser calculada de modo plenamente racional, uma vez que o futuro não pode ser antevisto. Na medida em que a capacidade e a disposição do devedor de pagar o seu empréstimo são, em última instância, incertas, as expectativas dos credores são ficcionais, no sentido de que se fundamentam em crenças (*credere!*) quanto aos riscos associados ao crédito. Consequentemente, se a expansão capitalista depende do crédito, as sociedades capitalistas precisam ser exitosas em criar uma expectativa em seus detentores de capital de que a promessa envolvida na relação de crédito será de fato honrada.

Encarada em uma perspectiva histórica, a capacidade de ampliar as relações de crédito por meio da expansão das expectativas de confiabilidade foi uma das precondições mais importantes – mas, com frequência, despercebida – para a emergência do capitalismo. O desenvolvimento do crédito moderno e dos sistemas monetários depende do surgimento de ferramentas institucionais de confiança. Essas salvaguardas institucionais, no entanto, não provocaram o desaparecimento da incerteza nas relações de crédito. A despeito de salvaguardas institucionais como as classificações de crédito (*ratings*), a má-fé prossegue sendo uma ameaça aos credores, como pode ser visto em exemplos tão espetaculares de fraude como o caso da falência da Enron ou a pirâmide de Ponzi posta em marcha por Bernard Madoff.

Uma fonte ainda maior de vulnerabilidade é a imponderabilidade do sucesso econômico do devedor. Devedores podem estar plenamente comprometidos com o pagamento de seus empréstimos, mas o mercado pode se voltar contra eles, de forma que eles se vejam *impossibilitados* de saldar suas dívidas. Acontecimentos econômicos futuros não podem ser antevistos, seja pelos devedores, seja pelos investidores. As decisões de crédito, como qualquer outra decisão de investimento, estão, por conseguinte, fundamentadas no que John Maynard Keynes chamou “o estado de confiança”. Entretanto, isso não é mais do que as expectativas dos credores quanto à capacidade de solvência dos devedores. Se os empreendedores tiverem expectativas pessimistas com relação ao panorama econômico, eles reduzirão a tomada de crédito. Ao mesmo tempo, possuidores de riqueza financeira desenvolverão uma preferência pela liquidez e cobrarão taxas mais altas de juros aos tomadores de empréstimos, precisamente naquelas situações em que as firmas ou o Estado precisam de liquidez adicional (Keynes, [1936] 1964). Ao reter capital de seu processo de produção, a produção econômica desce. As expectativas ficcionais

determinam o nível do investimento, estando na raiz dos ciclos de negócios e das bolhas financeiras.

Investimento

Os investimentos são outro pilar central do capitalismo. Eles podem ser feitos em plantas e equipamentos, em valores mobiliários ou em capital humano. No capitalismo, o objetivo dos investimentos é o lucro; no caso do investimento em capital humano, é a renda, a segurança no emprego e a satisfação com o trabalho. Livros-texto de economia descrevem os investimentos como um processo de cálculo matemático complexo. A produção de orçamento de capital é um campo altamente desenvolvido das finanças corporativas, que lança mão de sofisticados métodos para estimar os potenciais benefícios e riscos dos investimentos (Demange e Laroque 2006; Horst, 2009). Técnicas de orçamento de capital calculam o valor presente líquido de um investimento, assumindo pressupostos sobre os fluxos futuros de caixa e os riscos associados a esse investimento. Teorias do capitalismo enfatizam o caráter racional dos processos de investimento como um dos alicerces do capitalismo moderno. Isso sugere que os retornos do investimento podem ser previstos e que opções alternativas de investimento podem ser cotejadas entre si. Entretanto, a grande frequência com que os investimentos fracassam bem como a de casos em que os ganhos superam de longe as expectativas – por exemplo, o Google ou o Facebook – revelam a impropriedade de se considerarem plenamente calculáveis os resultados do investimento.

Estudos sobre as práticas envolvidas em decisões de investimentos evidenciam um quadro bem mais complexo. Os negócios fazem grandes esforços, evidentemente, para calcular os retornos de seus investimentos. Mas, no final das contas, suas decisões tendem a ser uma combinação de cálculo e intuição, acompanhados de “expectativas ficcionais”. Um exemplo disso são as decisões das firmas de se realizarem. Geny Piotti (2009) analisou como empresas alemãs chegaram a decisões de se transferirem para a China no início dos anos 2000. Elas tinham elevadas expectativas, que, em muitos casos, foram frustradas. Quando questionados sobre as motivações iniciais que embasaram essas decisões, os gerentes aludiram à euforia generalizada a respeito da China como uma terra de oportunidades, que um dos entrevistados comparou à Corrida do Ouro norte-americana.

As decisões de investidores em capital de risco (*venture capital*) são outra boa ilustração do caráter fictício das expectativas associadas aos investimentos de capital. Esses agentes tornam-se credores ou sócios de empresas que, de um modo geral, não têm um produto plenamente desenvolvido e vendável. Atribuir valor, acuradamente,

a uma companhia desse tipo – definindo se ela irá ou não ter sucesso no mercado, estabelecendo o valor de uma ação como cota do capital total e calculando seus rendimentos futuros, e assim por diante – é uma tarefa impossível (Giraudeau, 2012, pp. 213; Shapin, 2008, pp. 269 ss.). Uma vez que os fluxos futuros de caixa não podem ser conhecidos, não faz nenhum sentido totalizá-los e abatê-los do seu valor líquido presente. O investimento em companhias recém-abertas é inerentemente imprevisível e envolve, por isso, expectativas ficcionais. Embora profissionais dessa área estimem o valor das firmas, de modo tão preciso quanto possível, valendo-se de relatórios, reuniões formais e informais e análises de mercado, “esses números apoiam-se de modo significativo em pressuposições e julgamentos e são, portanto, inerentemente subjetivos” (Nama e Lowe, 2013, p. 33). Investimentos bem-sucedidos em *start-ups* são superados largamente por fracassos, mas mesmo empresas bem estabelecidas são, com frequência, “incapazes de fazer cálculos muito racionais sobre determinado projeto [...] porque lhes falta a informação necessária para o comportamento racional, mas também porque não têm o tempo e a inclinação para buscá-la, ou para usar métodos muito complexos de avaliação” (Freeman, 1974, p. 253).

Nos mercados financeiros, os investimentos são compromissos com uma expectativa em relação ao preço futuro de um título. Essa expectativa é contingente e pode vir a se demonstrar equivocada, acarretando, portanto, perdas ao investidor. A expectativa sobre a qual se fundamenta o investimento é ficcional. Isso vai ao encontro do raciocínio avançado por Karin Knorr-Cetina (2015). Nesses mercados, a transação dá início a uma relação com a contraparte que dura até o momento em que o ativo é vendido novamente. Dessa forma, o investidor torna-se dependente do futuro incerto da contraparte. Knorr-Cetina utiliza a noção de “compromissos promissórios” para caracterizar as relações entre as partes contratantes em mercados financeiros. A parte que recebe recursos – seja na forma de crédito, seja de participação no capital – oferece em troca uma promessa de lucros futuros, que lhe permitirá restituir o empréstimo com os devidos juros ou elevar o preço das suas ações. Já a parte que fornece os recursos, que Knorr-Cetina denomina de receptor da promessa, “compra” essa promessa. Da mesma forma que a noção de expectativas ficcionais, o conceito de promessas enfatiza a não calculabilidade do futuro. Promessas são “contingentes do futuro acontecendo conforme o esperado” (Knorr-Cetina, 2015, p. 106); baseiam-se na imaginação e na persuasão, narrativas por natureza, e evocam imaginários epistêmicos.

Inovação

A inovação é o terceiro componente central do capitalismo. De acordo com Schumpeter, o capitalismo é um sistema econômico dinâmico precisamente graças

a seus processos de destruição criativa. Sua análise da inovação, na *Teoria do desenvolvimento econômico* (Schumpeter, [1912] 2006) merece, sem dúvida, um olhar mais detido. Schumpeter escreve que novas combinações existem, inicialmente, apenas na consciência do empreendedor. Embora a maioria dos atores esteja presa às suas rotinas, alguns, “com inteligências mais aguçadas e uma imaginação mais ativa, divisam um sem-número de novas combinações” (*Idem*, p. 163). As inovações começam, portanto, com imaginários que conduzem os empreendedores a “adaptar, em conformidade, suas atividades econômicas” (*Idem*, p. 165). O empreendedor transformará, com base em seu imaginário de uma nova combinação de fatores, o valor estimado dos bens em oferta no mercado e alterará a demanda por produtos. Na sua origem, a atividade inovativa é motivada por uma visão utópica, que mostra uma realidade futura simulada. O falecido Steve Jobs é o exemplo por excelência da criação de inovações bem-sucedidas por meio da comunicação de imaginários, cativando a indústria de informática e amplos grupos de consumidores.

Calcular racionalmente inovações é impossível, tendo em vista a natureza aberta do futuro. A maioria das inovações fracassa, e a história das previsões de tecnologias futuras é uma história de esperanças não concretizadas. Em uma economia capitalista, todavia, os atores – incluindo as organizações – precisam ser persuadidos a buscar novas combinações, a despeito da incerteza que cerca a inovação.

Essa disposição tem uma base estrutural e requer a constituição comunicativa da convicção. Christoph Deutschmann (2009) sugeriu que orientações normativas modernas, como a busca pela igualdade e a meritocracia – embora insuficientemente postas em prática –, facultam a mobilidade social individual, tornando possível para os atores imaginar uma vida melhor por intermédio do sucesso econômico. O progresso social é uma motivação relevante para que os empreendedores persigam práticas que se desviam da norma. Isso evoca a necessidade da destradicionalização como uma precondição para a dinâmica capitalista. Ao mesmo tempo, os processos de inovação e os discursos que os circundam geram mensagens de esperança de um mundo melhor. Elas se expressam em paradigmas de inovação que evocam visões de futuros benefícios para motivar os atores, afastando-os da aversão ao risco e da inatividade. A iconografia em torno das aparições públicas de Steve Jobs sempre que a Apple lançava um novo produto pode ser analisada para evidenciar como as expectativas ficcionais se estabelecem discursivamente. O reducionismo estético típico dessas performances criava uma aura do sagrado, na qual os produtos da Apple eram apresentados como salvadores.

Consumo

O quarto componente do capitalismo a ser discutido aqui é o consumo. A dominância atual da ótica da oferta no campo disciplinar da economia favorece que se negligencie a dinâmica do capitalismo como sendo dependente, em última instância, da aquisição de novos produtos pelos consumidores. Keynes, e também Daniel Bell (1976), de perspectivas muito diferentes, deixaram isso claro. O consumo privado responde por dois terços do desempenho econômico da economia norte-americana.

Por que razão, entretanto, os consumidores demandam continuamente novos produtos? Uma vez que suas necessidades básicas se encontram satisfeitas, eles poderiam simplesmente optar por trabalhar menos. Isso, todavia, levaria o capitalismo a uma paralisia. O capitalismo precisa ser capaz de motivar permanentemente o consumo (Beckert, 2011). Nesse processo, expectativas ficcionais são importantes em dois aspectos. Em primeiro lugar, elas geram associações positivas com os produtos antes que eles sejam efetivamente comprados. Por exemplo, a indústria automobilística cria associações simbólicas com valores transcendentais, por meio da publicidade e com a ajuda dos mundos de fantasia retratados no jornalismo automotivo. Carros prometem, entre outras coisas, liberdade, segurança, poder, independência e um caminho para experienciar o melhor da vida ao ar livre. Esses laços simbólicos com o transcendental desempenham um papel cada vez mais importante para estimular o consumo nas economias saturadas do capitalismo desenvolvido. Em segundo lugar, as expectativas dos consumidores são ficcionais no sentido de, no primeiro momento, um produto adquirir valor narrativamente, por intermédio de interpretações de sua materialidade. Essas expectativas são ficcionais porque dizem respeito a associações, prévias à compra de um produto, que evocam múltiplas expectativas de gratificação futura, a ponto de efetivamente motivar a aquisição. Possivelmente, o exemplo mais extremo desse tipo de evocação mediada pela antecipação é a loteria (Beckert e Lutter, 2009). Esse produto gratifica o consumidor ao acenar com a chance de uma vida nova.

De onde provém a dinâmica para essa necessidade de consumir? Esse é um ponto importante em uma explicação da dinâmica do capitalismo. Somente com uma demanda contínua por novos produtos os lucros podem ser gerados de modo a manter o sistema avançando. Georg Simmel apontou, aqui, dois mecanismos cruciais. O primeiro é um efeito de *trickle-down* (propagação para baixo), pelo qual a imitação de decisões de consumo desvaloriza as propriedades de distinção de um produto, das quais grupos sociais se valem para afirmar identidades. Dessa forma, para conservar distinções sociais, novos e diferenciados tipos de consumo são requeridos constantemente. Em segundo lugar, Simmel observou que o ato de comprar, por si mesmo, acarreta a desvalorização de um objeto. O valor, de acordo

com ele, emerge da distância entre o sujeito e o objeto e desaparece quando essa distância é eliminada.

Desejamos objetos [...] nos termos da [sua] distância, como algo ainda não desfrutado, sendo o aspecto subjetivo dessa condição o desejo [...] O objeto assim formado, que se caracteriza pela sua separação em relação ao sujeito, o qual o estabeleceu e ao mesmo tempo tenta superá-lo por meio de seu desejo, é, para nós, um valor. O momento da fruição propriamente dito, quando a separação entre sujeito e objeto se desfaz, consome o valor. O valor só se reinstala como contraste, na condição de um objeto separado do sujeito (Simmel, [1907] 1978, p. 66).

A dinâmica do capitalismo no âmbito do consumo é, portanto, também baseada nas expectativas dos atores de um mundo futuro diferente daquele do presente. Trata-se de uma dinâmica que se intensifica com o incremento da competição social que emerge da ruptura de barreiras sociais e o afrouxamento de restrições tradicionais que incidem sobre a mobilidade social individual. Ao mesmo tempo, é uma dinâmica que é impulsionada para frente pelas ferramentas do marketing. O consumo é frágil, e a extensão dessa fragilidade evidencia-se não apenas na crescente parcela dos custos de produção que o *marketing* abocanha como, também, pela necessidade de as empresas penetrarem cada vez mais profundamente nas identidades do consumidor – por meio, por exemplo, da acumulação de informações pessoais dos usos que os consumidores fazem da internet.

Conclusão

A abordagem que desenvolvi aqui da dinâmica capitalista tem dois aspectos. Em primeiro lugar, uma teoria da dinâmica capitalista é incompleta quando se baseia apenas em macrofenômenos tais como o progresso tecnológico, a divisão do trabalho, a mudança institucional ou a expansão dos fatores de produção. O que precisa ser explicado é como esses aspectos se relacionam à ação social. Afinal, é o que os atores fazem que confere a um sistema social o seu dinamismo. Uma teoria da dinâmica capitalista requer, portanto, uma base micro. Meu segundo argumento é que as expectativas devem ser encaradas como centrais à compreensão dos resultados econômicos. A teoria econômica contemporânea está fazendo isso. É, no entanto, questionável o seu modelo de uma previsão calculada do futuro via expectativas racionais. O futuro é aberto, não linear e informado pelo tipo de incertezas a que se referiu Frank Knight. Sob essas condições, as expectativas só podem ser “ficcionalis”; elas “simulam” estados futuros do mundo. Se o futuro não é racionalmente calculável, essas expectativas ficcionais são contingentes. E é isso que faz das expectativas um

tema tão interessante. Se elas são contingentes, mas também têm um papel relevante para a distribuição, uma vez que as decisões e os resultados dependem delas, então a competição capitalista é, essencialmente, uma batalha para estabelecer e alterar expectativas. Isso se aplica da mesma forma aos mercados financeiros, aos empreendedores ambicionando transferir a produção para a China ou para a empresa desejando vender seu novo *smartphone*. Tais expectativas não são determinadas individualmente; são, em verdade, o resultado de condições e processos políticos, culturais e sociais. As expectativas, em suma, emergem, no seio de uma economia capitalista, como um processo de construção de significado informado pelos traços culturais e pelo poder social, um processo que, ao mesmo tempo, se situa no coração das lutas de mercado.

Concentrar-se na importância das expectativas para os resultados econômicos oferece uma intrigante agenda de pesquisa para a sociologia econômica³. Isso exige não apenas que identifiquemos de que forma as expectativas influenciam as decisões, mas, também, que desenvolvamos um entendimento das origens sociais, culturais e políticas das expectativas, bem como da forma como elas mudam. É fato, também, que focar as expectativas obriga os sociólogos a reexaminar seus modelos explicativos. A ação presente não deve ser entendida simplesmente como a consequência última de eventos passados, mas como um resultado de percepções do futuro: não apenas “a história importa”: “o futuro importa”, também.

Referências Bibliográficas

- ABBOTT, Andrew. (2005), “Process and temporality in sociology: the idea of outcome in U.S. sociology”. In: STEINMETZ, George (org.). *The politics of method in the human sciences: positivism and its epistemological others*. Durham, Duke University Press, pp. 393-426.
- BECKERT, Jens. (2011), “The transcending power of goods: imaginative value in the economy”. In: _____ & ASPERS, Patrik (orgs.). *The worth of goods: valuation and pricing in the economy*. Oxford, Oxford University Press, pp. 106-128.
- _____. (2013), “Imagined futures: fictional expectations in the economy”. *Theory and Society*, 32 (42): 219-240.
- _____. (2016), *Imagined futures: fictional expectations and capitalist dynamics*. Cambridge, Harvard University Press.
- BECKERT, Jens & LUTTER, Mark. (2009), “The inequality of fair play: lottery gambling and social stratification in Germany”. *European Sociological Review*, 4 (25): 475-488.

3. Obviamente, da perspectiva da sociologia geral, a noção de expectativas ficcionais presta-se a um programa de pesquisa muito mais amplo, que investiga o papel de futuros imaginados na família, na política, na religião, na lei etc.

- BELL, Daniel. (1976), *The cultural contradictions of capitalism*. Nova York, Basic Books.
- BOURDIEU, Pierre. (1979), *Algeria 1960*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRAUDEL, Fernand. ([1979] 1985), *Civilization and capitalism, 15th–18th century*. Londres, Fontana.
- CARRUTHERS, Bruce G. (2015), “Economy and law: old paradigms and new markets”. In: ASPERS, Patrick & DODD, Nigel (orgs.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 127-147.
- CARRUTHERS, Bruce G. & STINCHCOMBE, Arthur L. (1999), “The social structure of liquidity: flexibility, markets and states”. *Theory and Society*, 3 (28): 353-382.
- DEMANGE, Gabrielle & LAROQUE, Guy. (2006), *Finance and the economics of uncertainty*. Malden, Blackwell.
- DEUTSCHMANN, Christoph. (1999), *Die Verheißung des absoluten Reichtums: zur religiösen Natur des Kapitalismus*. Frankfurt, Campus.
- DEUTSCHMANN, Christoph. (2009), “Soziologie kapitalistischer Dynamik”. *MPIfG Working Paper*, 9/5.
- DODD, Nigel. (2015), “Utopianism and the future of money”. In: ASPERS, Patrick & DODD, Nigel (orgs.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 79-102.
- ESPOSITO, Elena. (2011), *The future of futures: the time of money in financing and society*. Cheltenham, Edward Elgar.
- FREEMAN, Christopher. (1974), *The economics of industrial innovation*. Harmondsworth, Penguin.
- GANSSMANN, Heiner. (2012), “Geld und die Rationalität wirtschaftlichen Handelns”. In: ENGELS, Anita & KNOLL, Lisa (orgs.). *Wirtschaftliche Rationalität: soziologische Perspektiven*. Wiesbaden, Springer, pp. 21-239.
- GIDDENS, Anthony. (1999), “Lecture 2: Risk – Hong Kong”. *BBC Reith Lectures 1999*. Disponível em http://news.bbc.co.uk/hi/english/static/events/reith_99/week2/week2.htm, acesso em 28/11/2016.
- GIRAUDEAU, Martin. (2012), “Imagining (the future) business: how to make firms with plans?”. In: PUYOU, François-Régis et al. (orgs.). *Imagining organizations: performative imagery in business and beyond*. Nova York, Routledge, pp. 213-229.
- HODGSON, Geoffrey M. (2011), “The eclipse of the uncertainty concept in mainstream economics”. *Journal of Economic Issues*, 1 (45): 159-175.
- HOLMES, Douglas R. (2009), “Economy of words”. *Cultural Anthropology*, 3 (24): 381-419.
- _____. (2014), *The economy of words: communicative imperatives in central banks*. Chicago, University of Chicago Press.
- HORST, Klaus ter. (2009), *Investition*. 2. ed. Stuttgart, Kohlhammer.
- KEYNES, John Maynard. ([1936] 1964), *The general theory of employment, interest, and money*. Londres, MacMillan.

- KNIGHT, Frank H. ([1921] 1985), *Risk, uncertainty, and profit*. Chicago, University of Chicago Press.
- KNORR-CETINA, Karin. (2015), "What is a financial market? Global markets as media-institutional forms". In: ASPERS, Patrick & DODD, Nigel (orgs.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 103-126.
- KOCKA, Jürgen. (2013), *Geschichte des Kapitalismus*. Munique, C. H. Beck.
- KOSELLECK, Reinhart. (2004), *Futures past: on the semantics of historical time*. Nova York, Columbia University Press.
- LUHMANN, Niklas. (1976), "The future cannot begin: temporal structures in modern society". *Social Research*, 1 (43): 130-152.
- _____. (1996), *Die Realität der Massenmedien*. 2. ed. Opladen, Westdeutscher.
- MARX, Karl. ([1867] 1977), *Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie*. 12. ed. Berlim, Dietz, vol. 1.
- MIROWSKI, Philip. (1991), "Postmodernism and the social theory of value". *Journal of Post Keynesian Economics*, 4 (13): 565-582.
- NAMA, Yesh & LOWE, Alan. (2013), "Due-diligence of private equity funds: a practice based view". Disponível em <http://www.apira2013.org/proceedings/pdfs/K142.pdf>, acesso em 28/11/2016.
- NEE, Victor & OPPER, Sonja. (2015), "From networks to norms and economic institutions". In: ASPERS, Patrick & DODD, Nigel (orgs.). *Re-imagining economic sociology*. Oxford, Oxford University Press, pp. 148-173.
- PIOTTI, Geny. (2009), "German companies engaging in China: decision-making processes at home and management practices in Chinese subsidiaries". *MPIfG Working Paper*, 9/14.
- SCHUMPETER, Joseph. ([1911] 1934), *Theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle*. Cambridge, Harvard University Press.
- _____. ([1912] 2006), *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*. Berlim, Duncker & Humblot.
- SCHUTZ, Alfred. (1962), *Collected papers I: the problem of social reality*. Haia, Martinus Nijhoff.
- SHACKLE, George L. S. (1964), "General thought-schemes and the economist". *Woolwich Economic Paper*, 2.
- _____. (1983), "The bounds of unknowledge". In: WISEMAN, Jack (org.). *Beyond positive economics? Proceedings of section F (economics) of the British Association for the Advancement of Science, York, 1981*. Londres, MacMillan, pp. 28-37.
- SHAPIN, Steven. (2008), *The scientific life: a moral history of a late modern vocation*. Chicago, University of Chicago Press.
- SIMMEL, Georg. ([1907] 1978), *The philosophy of money*. Londres, Routledge.
- SMITH, Adam. ([1776] 1976), *The wealth of nations*. Chicago, University of Chicago Press.
- SWEDBERG, Richard. (2003), *Principles of economic sociology*. Princeton, Princeton University Press.
- THOMPSON, E. P. (1967), "Time, work-discipline, and industrial capitalism". *Past and Present*, 38: 56-97.

WEBER, Max. (1922), *Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der Sozialökonomik, III: Abteilung*. Tübingen, Mohr.
 WEBER, Max. ([1927] 2003), *General economic history*. 8. ed. New Brunswick, Transaction.

Resumo

Reimaginando a dinâmica capitalista: expectativas ficcionais e o caráter aberto dos futuros econômicos

Este artigo procura contribuir com a explicação sobre o incansável dinamismo do capitalismo que temos observado desde a Revolução Industrial. Ao tomar decisões, atores criam expectativas sobre seus resultados. Como o futuro é aberto, atores têm de confrontar a incerteza sobre o resultado de suas ações. Quais são as expectativas possíveis em condições de incerteza? Para responder a essa pergunta, o artigo introduz a noção de expectativas ficcionais, que podem ser utilizadas para descrever decisões realizadas sob condições de um futuro aberto e incerto. O artigo aplica o conceito de expectativas ficcionais para a análise de quatro processos cruciais do capitalismo: dinheiro e crédito, investimentos, inovação e consumo. O principal impulso do artigo é argumentar que, para compreender a ação econômica no capitalismo e o sentido que atores atribuem a suas decisões, é necessário centrar a atenção nas percepções dos atores a respeito do futuro.

Palavras-chave: Expectativas; Incerteza; Capitalismo; Ficção; Futuros.

Abstract

Re-imagining economic sociology: fictional expectations and capitalist dynamics

This article seeks to contribute to the explanation of the restless dynamism of capitalism that we have observed since the Industrial Revolution. When making decisions actors form expectations about outcomes. Since the future is open, actors are confronted with the uncertainty of the outcomes of their decisions. What can expectations be under conditions of uncertainty? To answer this question, the article introduces the notion of fictional expectations which can be used to describe decisions made under conditions of an open and uncertain future. The article applies the concept of fictional expectations to the analysis of four crucial processes of capitalism: money and credit, investments, innovation, and consumption. The main thrust of the article is that, in order to understand economic action in capitalism and the meaning actors attach to their decisions, actors' perceptions of the future need to take center stage.

Keywords: Expectations; Uncertainty; Capitalism; Fiction; Futures.

Texto recebido em 12/8/2016 e aprovado em 14/10/2016. DOI: 10.11606/0103-2070.ts2017.119003.

JENS BECKERT é diretor do Instituto Max Planck para o Estudo das Sociedades (Colônia, Alemanha) e professor de sociologia. E-mail: beckert@mpifg.de.